

## Lucena acha melhor o regime presidencialista

FORTALEZA — O Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), afirmou ontem em Fortaleza que o Brasil "está em tempo de presidencialismo" porque, explicou, o parlamentarismo requer um elevado grau de desenvolvimento político do país onde se instala.



Humberto Lucena

Lucena, que veio participar do lançamento do livro "A interparlamentar e os direitos humanos", do Deputado peemedebista do Ceará Paes de Andrade, acha que o sistema de Governo ideal para o Brasil é o "presidencialismo híbrido", em que o Legislativo teria ascendência sobre o Executivo a ponto de demitir ministros.

Para o Senador a Assembléia Nacional Constituinte está entrando na sua fase mais importante pois entende que a Comissão de Sistematização tem o papel de fazer um novo texto constitucional que seja "o rosto do povo brasileiro".

O Senador acredita numa reforma partidária, a ser estabelecida pela legislação ordinária, logo após a promulgação da nova Constituição e discorda dela. Ele a considera artificial e teme que seja negativa e prejudicial ao País.

## Fragilidade de Estado preocupa parlamentares

SALVADOR — O Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai receber hoje, em Salvador, um documento assinado por deputados estaduais de todo o País pedindo que a nova Constituição restabeleça a força do Legislativo nos Estados, a fim de que as Assembléias Legislativas possam decidir sobre matéria tributária e outras que hoje são centralizadas pela União. O documento será o resultado do Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes, que começou ontem nesta Capital, com delegações de 14 Estados.

O Presidente da Comissão Pró-Constituinte da Assembléia Legislativa da Bahia e organizador do Congresso, Deputado Luiz Leal, lembrou que logo após o encerramento dos trabalhos da Constituinte as Assembléias começarão a reformular as Constituições estaduais.

— Não queremos que a Constituição Federal se torne impeditiva da autonomia dos Estados — disse ele, lembrando que a maioria dos Governadores ainda não pôde governar por falta de recursos e espera a redistribuição de verbas por Brasília.

O Congresso termina hoje. Além de Ulysses, comparecerão o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral; o Primeiro-Secretário da Mesa da Constituinte, Marcelo Cordeiro; o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Bastos; e o Governador Waldir Pires.

## Deputado não aceita criação de novos Estados

BRASÍLIA — O Deputado Renato Vianna (PMDB-SC), do "grupo dos oito" da Comissão de Sistematização, proporá ao Relator, Bernardo Cabral, a eliminação dos dispositivos que criam sete novos Estados, aprovados pela Comissão de Organização do Estado, por considerá-los contraditórios com o restante do relatório e o interesse nacional.

Vianna afirma, em seu parecer, que os artigos quatro, cinco, seis e sete se contradizem. No quarto, é instituída uma Comissão Nacional da Redivisão Territorial, encarregada de estudar a criação dos Estados de Santa Cruz, Triângulo Mineiro, Maranhão do Sul, Tapajós, Juruá e Guanabara, e a transformação dos Territórios de Roraima e Amapá. Mas o quinto, cria o de Tocantins, e o sexto e o sétimo os demais.

O parlamentar justifica sua opção argumentando que: os novos Estados ocupariam populacionalmente as cabeceiras de sete bacias hidrográficas, poluindo as nascentes; os 63 novos congressistas viriam a aumentar o atual desequilíbrio do Congresso Nacional, onde os Estados menos povoados são, numericamente, melhor representados; as verbas destinadas à instalação dos novos Executivos estaduais poderiam ser empregadas com a Reforma Agrária e não com a atração de flagelados a áreas sem nenhuma infraestrutura.

Na Bahia, os ânimos estão agitados com a perspectiva de aprovação, pela Constituinte da criação do Estado de Santa Cruz, dividindo o território baiano. A Associação Comercial promoveu um ato público com a presença do Governador Waldir Pires; a Universidade Federal realizou um seminário concluindo pela reprovção do projeto e, na próxima semana, a Assembléia Legislativa instala sua Comissão Especial de Defesa da Bahia. Tão logo seja formada, a Comissão encaminhará duas emendas à Constituinte, condicionando a criação de novos Estados à manifestação das Assembléias Legislativas e estabelecendo que a Constituição deve apenas ditar as regras através das quais os novos Estados podem ser criados.